



Dívida dos Estados: Crise exige AUDITORIA

Maria Lucia Fattorelli

UNALE – XVI CONFERÊNCIA NACIONAL
Rio Grande do Norte, 31 de maio de 2012

Dívida dos Estados

- **“Sistema da Dívida”**
- **Endividamento sem contrapartida**
- **Mecanismos financeiros exaurem recursos públicos**
- **Justificativa para:**
 - **Privatizações do patrimônio dos estados**
 - **Assunção de dívidas de bancos – PROES**
- **Fraudes**
- **SACRIFÍCIO SOCIAL**

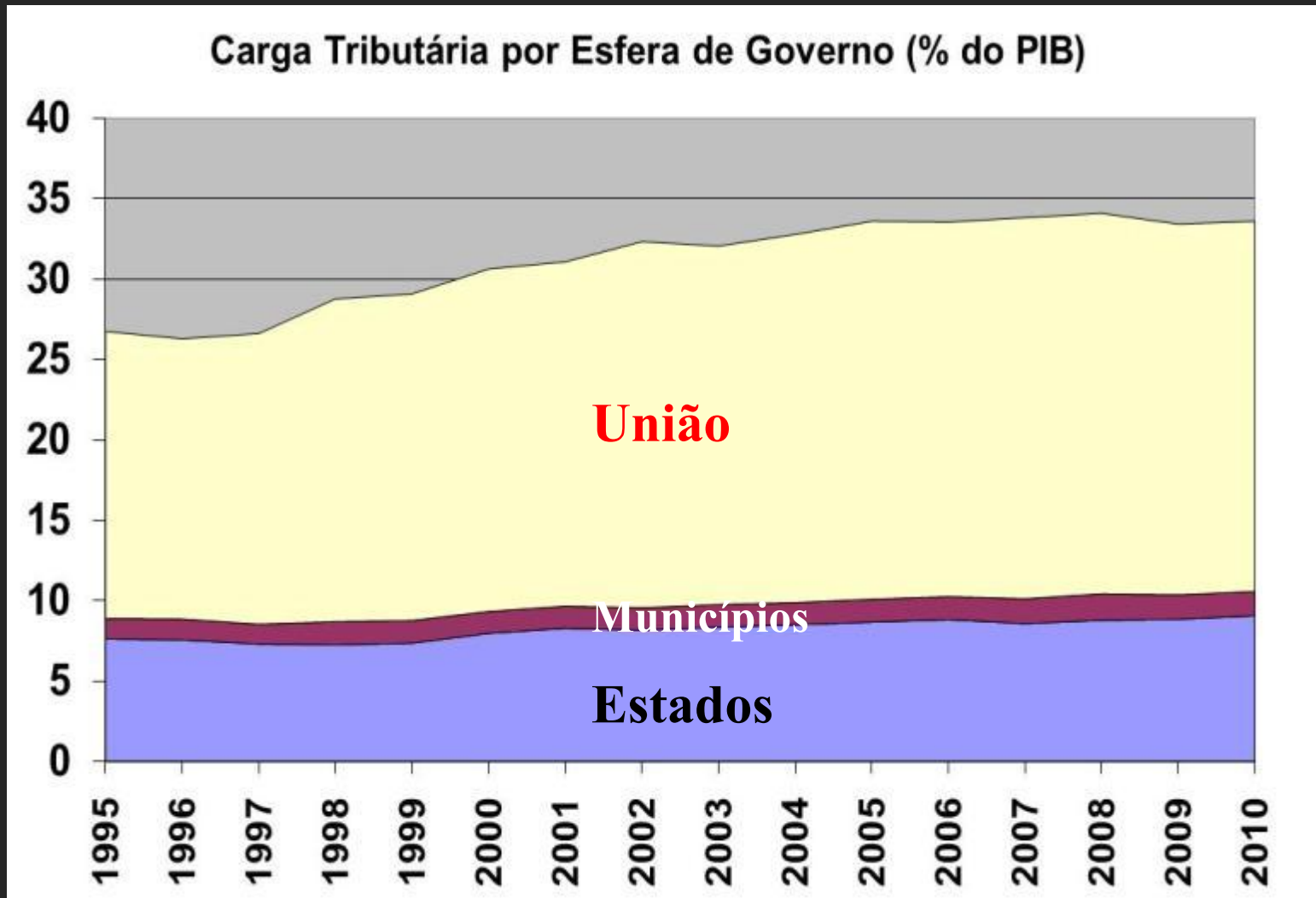
SITUAÇÃO DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

- Concentração da arrecadação tributária na esfera federal
- Reduzidas transferências legais para Estados e Municípios
- Subtração de receitas dos entes federativos para o pagamento de dívidas renegociadas pela União a partir de 1997
- Exigência de Privatização do patrimônio estadual
- Transferência de responsabilidades para os estados (saúde, educação, segurança, entre outros)
- “Ajustes Fiscais” e Insuficiência de recursos para investimentos sociais
- Desindustrialização, favelização, precariedade dos serviços de educação e saúde, violência, deterioração do tecido social

DADOS OFICIAIS COMPROVAM ESSES ASPECTOS

O GOVERNO FEDERAL CONCENTRA A ARRECADAÇÃO

Estados reféns: Governo Federal pode reter o FPE caso não seja paga a dívida



SURGIMENTO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

ORIGEM:

- Governo militar centralizou a gestão tributária na União e esvaziou governos sub-nacionais
- Endividamento dos Estados: Incentivado pela União para financiar o déficit público gerado pela política tributária (Lei 7.614/87 autorizou operações de crédito interno à conta e risco do Tesouro Nacional, mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central)
- Estados sofrem impacto das políticas impostas pelo FMI a partir de 1983

NECESSIDADE DE AUDITORIA:

- Maioria das Resoluções do Senado das décadas de 70 e 80 - que autorizaram endividamento dos estados - sequer mencionam o Agente Credor
- Diversas sequer mencionam a finalidade do empréstimo

FINANCIAMENTO DA DITADURA?

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Impacto da política monetária federal, principalmente juros altos

Relatório Final da CPI da Dívida Pública – Maio / 2010

(aprovado pela base do governo e pelo PSDB)

"30. O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo."

NECESSIDADE DE AUDITORIA

GÊNESE DO REFINANCIAMENTO: ACORDO FMI

Carta de Intenções de dezembro/1991, itens 24 e 26:

26. *Para facilitar um maior fortalecimento das finanças públicas, em outubro o Executivo submeteu ao Congresso propostas de mudanças institucionais que procuram fazer modificações na distribuição de receitas tributárias entre os governos federal, estadual e municipal para 1992 e 1993, a **proibição de novas emissões de títulos de dívida pelos estados** e um programa de reestruturação de dívida no qual **o governo federal vai assumir as dívidas dos estados em troca de um programa de ajuste de 2 anos que vai facilitar a reestruturação dos gastos dos estados;***

Ilegalidades e Ilegitimidades

- **Juros sobre Juros = Anatocismo. Ilegal. Súmula 121 do STF**
- **Ausência de autorização pelo Senado: Relatório Final da CPI dos Precatórios:** “apenas o Estado e o Município de São Paulo haviam pedido autorização para emissão de títulos destinados ao pagamento dos precatórios judiciais com fundamento no dispositivo constitucional do art. 33 do ADCT ...”
- **TCE de Minas Gerais confirmou que não audita a dívida:** TCE apenas fez análises dos valores pagos e projeções para o futuro; não auditou as dívidas que deram origem à renegociação de 1998, e nem faz análise dos fatores que motivaram a evolução da dívida (atualização monetária, juros, amortizações) conforme Ofício 4214/2012/SP, de 20/4/2012
- **Ausência de alternativa:** Decreto no 2.372/97 proibiu a realização de operações de crédito com instituições financeiras federais
- **Dano Financeiro e Patrimonial: Custo excessivo**

REFINANCIAMENTO PELA UNIÃO – Lei 9.496/97

- Condicionado a Programa de Ajuste Fiscal (PAF)
- Condicionado à Privatização do patrimônio dos estados (PED)
- Condicionado ao “saneamento” de Bancos que seriam privatizados (PROES). Dívida do PROES correspondeu a 55% do valor refinanciado
- **Dívidas Mobiliárias** corresponderam a 59% do montante refinanciado:
 - IGNORADAS as denúncias de fraudes comprovadas pela CPI dos Precatórios, que revelou o envolvimento de 161 instituições financeiras em processos de emissão fraudulenta de dívidas mobiliárias por estados e municípios
 - IGNORADO O BAIXÍSSIMO VALOR DE MERCADOS DAS DÍVIDAS MOBILIÁRIAS REFINANCIADAS POR 100% DO VALOR NOMINAL

DANO: CONDIÇÕES EXTREMAMENTE ONEROSAS

Dívida Interna Total de MG	
Estoque em 1998, após refinanciamento pela União	R\$ 18.500.000.000,00
Dívida Interna Total de MG, computando-se os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011 http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lestados.asp	R\$ 66.810.020.404,51
Dívida Interna Total de MG, se aplicada outra condição financeira desde o início do acordo com a União. Computados os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado TJLP	10.389.018.129,77
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA	2.194.301.801,64
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA + juros reais de 2% a.a.	9.325.216.480,38
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado juros nominais fixos de 6%	-1.596.367.620,67

TAXAS DE JUROS EXORBITANTES e ANATOCISMO

Relatório Final da CPI da Dívida Pública – Maio / 2010

(aprovado pela base do governo e pelo PSDB)

*"85. O custo para os Estados dos contratos firmados ao amparo da Lei 9.496/97, com a correção dos saldos devedores pelo IGP-DI mais uma taxa que variou de 6% a 7,5% ao ano, revelou-se **excessivo** por diversas razões. Primeiro, **o índice escolhido mostrou-se volátil**, absorvendo efeitos das variações cambiais do período, e apresentou picos, principalmente nos anos de 1999 e 2002, que afetaram fortemente o estoque da dívida e o saldo devedor, bem mais do que se, por exemplo, o IPCA tivesse sido escolhido para atualização. Esse fator fez com que, mesmo com o pagamento rigoroso dos juros e amortizações pelos devedores, o estoque da dívida tenha aumentado significativamente.*

Art. 3º da Lei 9.496/1997: Os contratos de refinanciamento de que trata esta Lei serão pagos (...) observadas as seguintes condições:

*I - juros: calculados e debitados **mensalmente**, à taxa mínima de seis por cento ao ano, **sobre o saldo devedor previamente atualizado**;*

II - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do IGP-DI...

MONTANTE INICIAL CIFRAS REFINANCIADAS PELA UNIÃO

VALOR TOTAL REFINANCIADO	R\$ 112,18 bilhões	
• Empréstimos do PROES	R\$ 61,92 bilhões	55%
• Dívida dos Estados	R\$ 50,25 bilhões	45%

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

MONTANTE INICIAL CIFRAS REFINANCIADAS PELA UNIÃO

VALOR TOTAL REFINANCIADO	R\$ 112,18 bilhões	
• Dívida Contratual	R\$ 46,27 bilhões	41%
• Dívida Mobiliária	R\$ 65,90 bilhões	59%

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

MONTANTE DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO EM 31/12/2011

ESTOQUE TOTAL

R\$ 396,70 bilhões

Crescimento de quase 300%, apesar do rigoroso cumprimento dos onerosos pagamentos e apesar da perda do patrimônio público estadual

Crescimento do endividamento dos Estados com o BANCO MUNDIAL para pagar a dívida refinanciada pela União

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

ARGUMENTO DO GOVERNO FEDERAL

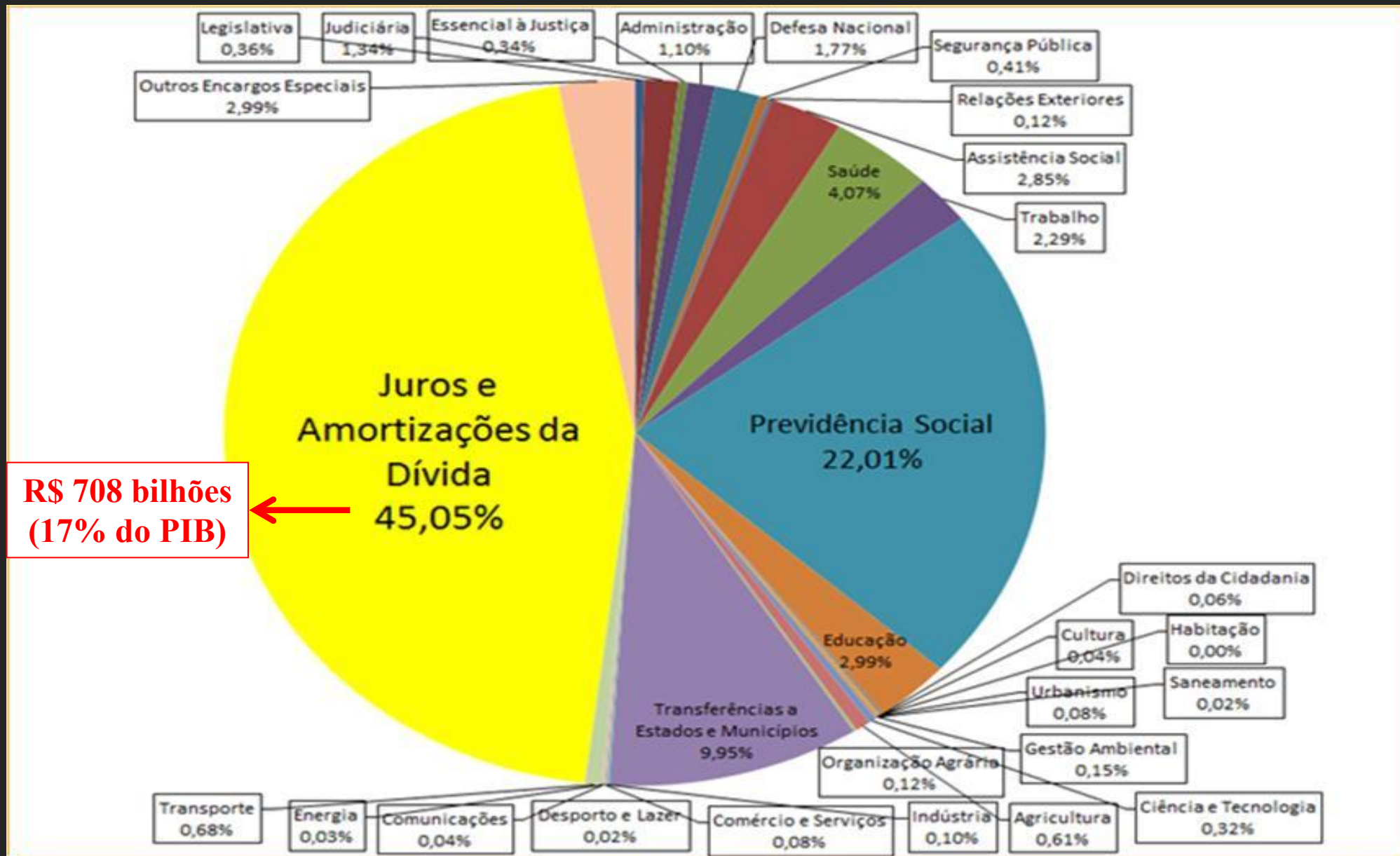
“A redução dos pagamentos dos estados comprometerá as finanças federais”

PORÉM...

Art. 12 da Lei 9.496/1997: *A receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados e ao Distrito Federal, nos termos desta Lei, será integralmente utilizada para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.*

**A SOLUÇÃO PARA A DÍVIDA DOS ESTADOS PASSA
TAMBÉM PELA AUDITORIA DA DÍVIDA FEDERAL**

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO Executado em 2011 Total: R\$ 1,571 trilhão

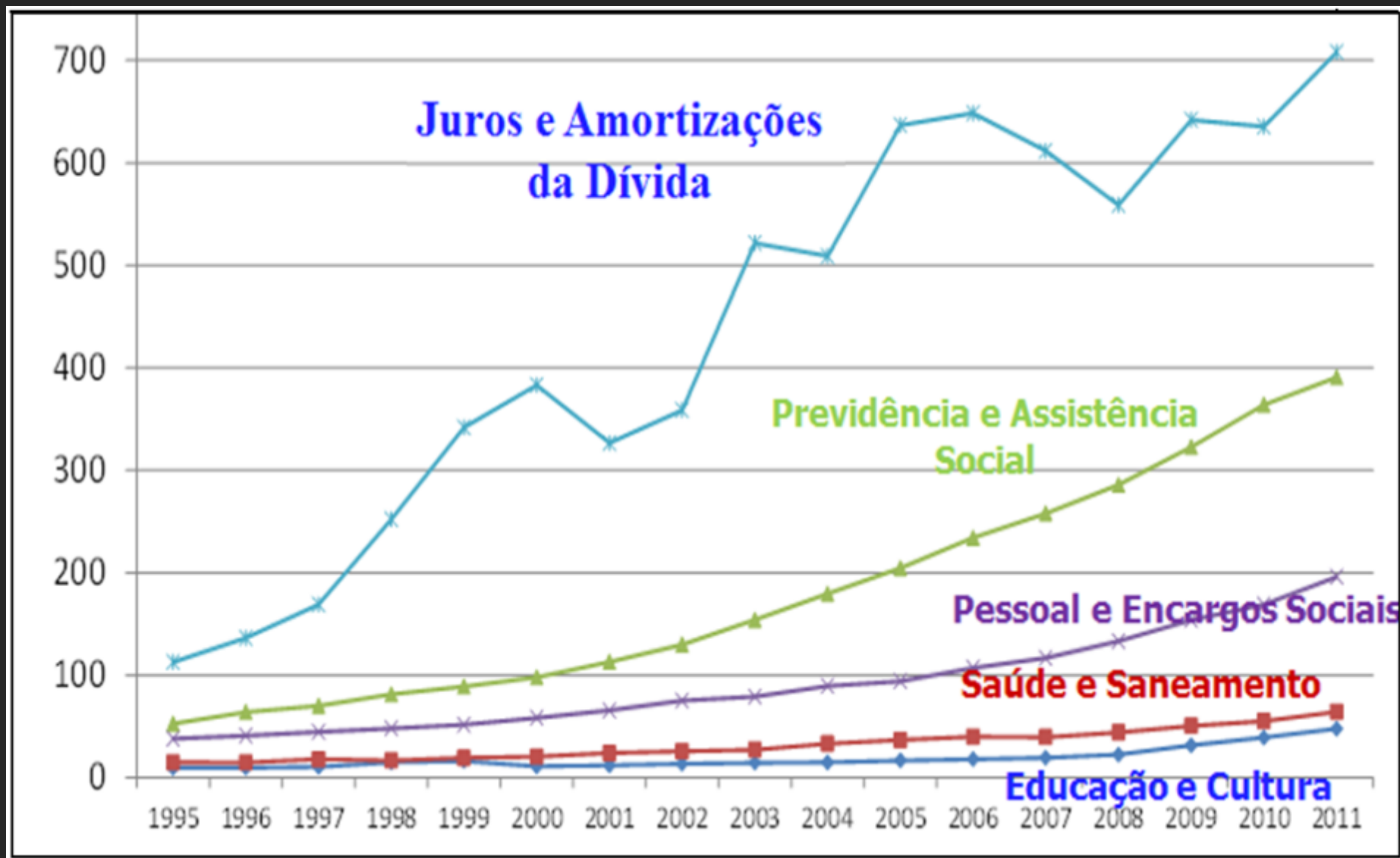


**R\$ 708 bilhões
(17% do PIB)**

Nota: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem"

Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010.mdb> EXE. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

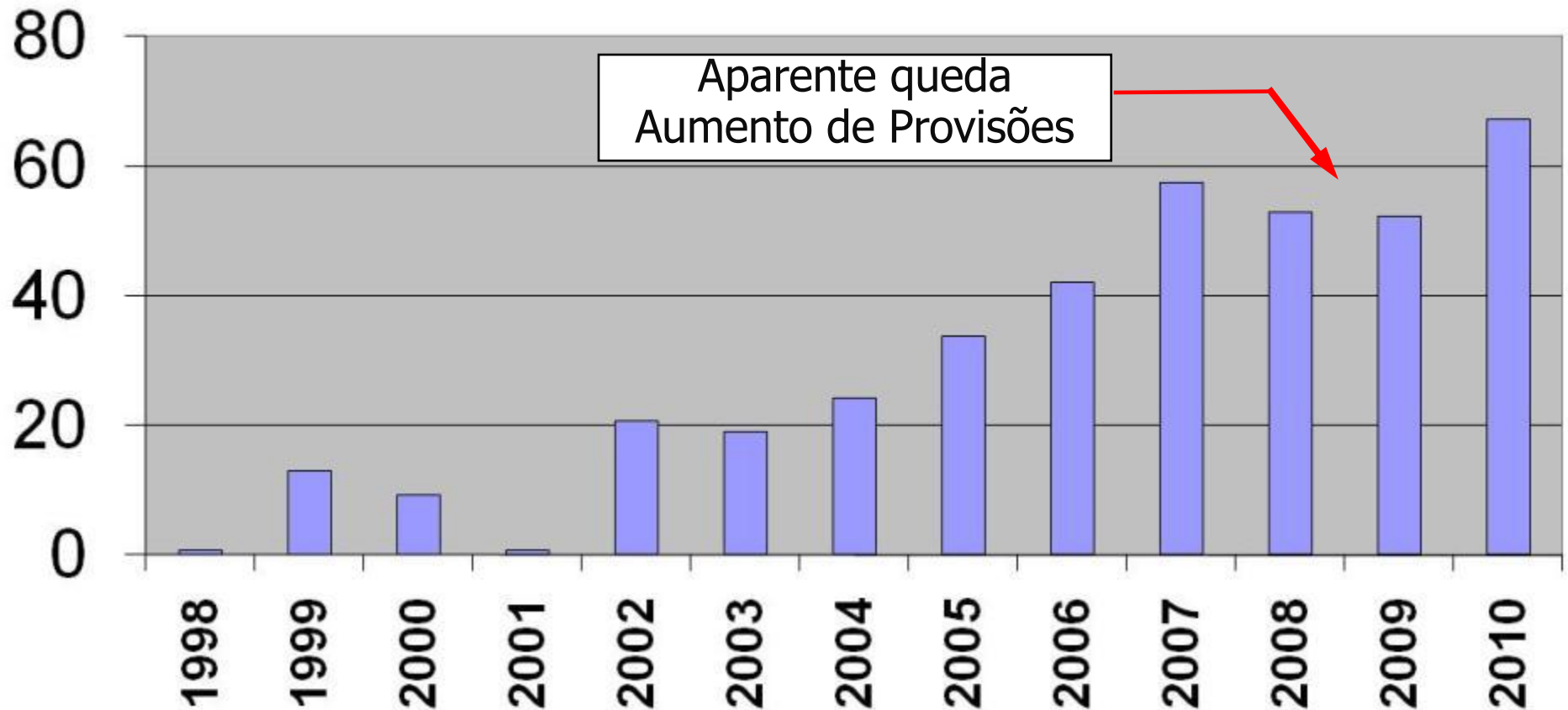
Orçamento Geral da União – Gastos Seleccionados (R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida

QUEM GANHA E QUEM PERDE

Lucro dos Bancos (R\$ bilhões)



Quem ganha e quem perde

O AJUSTE FISCAL DE DILMA

Corte Recorde de R\$ 50 Bilhões em 2011

Contingenciamento de R\$ 55 bilhões em 2012

ELEVAÇÃO DA TAXA DE JUROS

Em 01/01/2011 estava em 10,75%

Alcançou 12,5% em 20/07/2011

Em maio reduziu para 8,5%

Mas o custo médio da dívida interna é de 12%

2012: DÍVIDA CONSOME R\$ 3 BILHÕES POR DIA

PERFIL DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Dívida Renegociada com a União: cerca de 95% do montante
- Crescimento do endividamento dos estados com o Banco Mundial

ASSESSORIA DO BANCO MUNDIAL PARA FUNDOS DE PENSÃO NACIONAL E SUBREGIONAIS

Projeto: BR State Pension Reform TAL II (P089793)

Valor: US\$ 5 milhões

Objetivo: "*Significativas reduções dos custos das aposentadorias*"

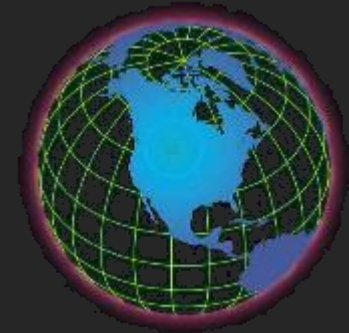
Estados que já manifestaram interesse em participar: 23 Estados

Recursos liberados para 18 Estados:

RN	AP	RS	DF	RR
PE	SE	MG	ES	AC
PB	SP	MS	BA	
CE	SC	GO	TO	

RISCO DE IMPORTAÇÃO DA CRISE

Crise financeira mundial



Causas:

Desregulamentação do mercado financeiro

Derivativos sem lastro

Ativos "Tóxicos"

Efeitos:

Grandes bancos internacionais em risco de quebra

Bad Banks e Mercado Bancário Paralelo

EUA e Europa se endividam para salvar setor bancário

Expansão da crise para outros setores

CONJUNTURA GLOBAL

**Crise do Setor Financeiro é transformada em
CRISE DA DÍVIDA**

**Instrumento de endividamento público utilizado como
um sistema de desvio de recursos públicos:**

“Sistema da Dívida”

EQUADOR – Lição de Soberania

Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto

- **Em 2009:** Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Situação inaceitável para a 6a. Maior economia do mundo

Saúde Pública: Filas, Mortes sem atendimento, Insuficiência de leitos e UTI, Falta de médicos e profissionais de saúde, Baixos salários, Condições de trabalho aviltantes, Falta de materialidade

Educação: Ausência de políticas educacionais efetivas; Salários irrisórios para professores, apesar da sobrecarga de trabalho, provocando queda na qualidade do ensino básico; Insuficiência de vagas nas Universidades

Déficit Habitacional de 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados (Fonte: Fundação João Pinheiro, 2007)

DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Pobreza: 40,4 milhões de pobres (2009) — Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915

Fome: 9,6 milhões de famintos (2009) Fonte IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915

Analfabetismo: 20,3% da população brasileira com mais de 15 anos são analfabetos funcionais (Fonte: PNAD 2009)

Taxa de Desemprego: 12% nas Regiões Metropolitanas (Fonte: DIEESE, 2010)

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública da União, Estados e Municípios

Momento atual: investigações do Ministério Público

NECESSIDADE DE AMPLA DIVULGAÇÃO E CONHECIMENTO

EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

CONCLUSÃO

Instrumento do endividamento público foi usurpado pelo setor financeiro

Nação submissa aos interesses do “Mercado”

Metade dos recursos orçamentários da União transferidos para pagamento da dívida pública

Consequências: Sacrifício Social, Exclusão, Miséria e Violência

Terrorismo: “Não há outro caminho ”

Fazem parecer difícil (*massa retórica enganosa e desinformação*) para que acreditemos que é impossível mudar os rumos

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇÕES CONCRETAS

- Auditoria da Dívida Pública para desmascarar o “Sistema da Dívida” e democratizar o conhecimento da realidade financeira **NÚCLEOS**
- Rever a política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social
- Atender Direitos Humanos
- TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE

CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS GOVERNISTAS

- A proposta de alteração do índice (IGP-DI pelo IPCA ou Selic) somente a partir de agora LEGITIMA IRREGULARIDADES HISTÓRICAS e PODE SER ATÉ PREJUDICIAL AOS ESTADOS. Nos últimos 12 meses, o IPCA (5,9%) FOI MAIOR QUE O IGP-DI (4,4%)
- A mera redução do comprometimento de 13% para 9% da Receita Líquida Real com o pagamento da dívida TAMBÉM NÃO RESOLVE O PROBLEMA, pois haveria simplesmente um alívio momentâneo de caixa para desembolsos, mas a rolagem agravaria a situação futura
- A proposta de criação de Fundo de Investimento é ilusória, pois os investimentos dependerão da concordância do governo federal; poderão se restringir a investimentos que já seriam obrigação do governo federal; se não houver concordância por parte dos estados com as propostas de investimento, os recursos serão destinados ao pagamento da dívida federal

PROPOSTAS DA AUDITORIA CIDADÃ

- **Articulação POLÍTICA para a realização de completa AUDITORIA DA DÍVIDA com participação da sociedade civil, a fim de garantir TRANSPARÊNCIA e ação concreta sobre os resultados apurados**
- **REVISÃO COMPLETA DOS PROCESSOS DE ENDIVIDAMENTO PÚBLICO QUE NA REALIDADE SIGNIFICARAM A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO**
- **Articulação entre parlamentares das Assembleias Legislativas dos diversos estados da Federação para a denúncia das inconstitucionalidades e ilegitimidades inseridas nos acordos firmados em base à Lei 9496/97:**
 - Anatocismo
 - Falta de cláusula de equilíbrio econômico-financeiro
 - Desrespeito ao Federalismo
 - Atualização monetária **mensal** do saldo devedor pelo IGP-DI
 - Juros exorbitantes calculados sobre o saldo corrigido mensalmente

PROPOSTAS DA AUDITORIA CIDADÃ

REALIZAÇÃO DE COMPLETA AUDITORIA DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS. ACESSO AOS DOCUMENTOS. TRANSPARÊNCIA

- **ORIGEM DAS CIFRAS REFINANCIADAS PELA UNIÃO, sem contrapartida ao Estados**
 - **Dívidas Mobiliárias e PROES**
- **DÍVIDAS COM BANCO MUNDIAL – BIRD – e BID**
- **INVESTIGAR A ORIGEM e DESTINO DOS RECURSOS**

DESVENDAR O “SISTEMA DA DÍVIDA”



*"19 MIL CRIANÇAS MORREM POR DIA NO MUNDO DEVIDO
AO CUSTO FINANCEIRO DA DÍVIDA" (UNICEF-ONU)*

Obrigada

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br